



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Secretaria Municipal de Administração



DECRETO Nº 5358, de 23 de novembro de 2023.

EMENTA: Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual para o encerramento orçamentário, financeiro e contábil do exercício de 2023, em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Marilândia, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferido pelo art. 64 inciso IV da Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**

Art. 1º. Para fins de encerramento do exercício financeiro de 2023 e do levantamento do Balanço Geral do Município, observarão as normas legais e regulamentares de caráter orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis vigentes, bem como as disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º. A partir da publicação deste Decreto e até a entrega da Prestação de Contas do Prefeito (CONSOLIDADA), são consideradas urgentes e prioritárias todas as atividades vinculadas à contabilidade, à auditoria, à apuração orçamentária e ao inventário dos bens patrimoniais do Município.

Art. 3º. As despesas relativas a contratos de duração continuada, bem como obras e instalações de exercícios futuros correrão por conta dos orçamentos dos respectivos exercícios.

Art. 4º. As Notas de Empenho serão emitidas até o dia 11 de dezembro de 2023.

§ 1º. Exclui-se do prazo estabelecido no caput deste artigo as seguintes despesas:

- a) as de pessoal, encargos sociais, obrigações patronais e outras despesas urgentes e emergentes;
- b) aquelas cujos percentuais de aplicação são definidos constitucionalmente ou através de lei específica;
- c) as custeadas com recursos recebidos de Convênios, com receita efetivamente arrecadada;
- d) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência, conforme descritas no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- e) as decorrentes de sentenças e custas judiciais; e
- f) as autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo em preferência a este Decreto.

§ 2º. Os procedimentos licitatórios cuja realização estiver em andamento, serão contabilizados por conta de dotação do orçamento de 2024 em rubrica similar ao previsto no edital de licitação e poderão ter início sem reserva de dotação, desde que as despesas estejam contempladas na LOA ou proposta orçamentária para 2024, sendo que a adjudicação do objeto da licitação só ocorrerá após a entrada em vigor da Lei Orçamentária de 2024.

§ 3º. Será encaminhado pelo Departamento de Contabilidade aos Secretários Municipais, contendo a relação dos empenhos não liquidados para a manifestação de qual empenho deverá ser inscrito em Restos a Pagar Não Processado.

§ 4º. Os saldos de todos os empenhos não liquidados poderão ser cancelados pelo Departamento de Contabilidade, caso o Secretário Municipal não encaminhe resposta à Contabilidade no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento do comunicado citado no § 4º deste artigo, recaindo a responsabilidade pelo ato de cancelamento ao Secretário Municipal em razão da omissão da resposta no prazo solicitado.

Art. 5º. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, conforme estabelecido no artigo 60, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º A ausência do prévio empenho não prejudicará o reconhecimento contábil da despesa, observando-se o regime de competência, sem prejuízo da apuração da responsabilidade do agente que der causa à irregularidade, nos termos da Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Secretaria Municipal de Administração



§ 2º Na ocorrência de despesas executadas pela Administração no exercício vigente sem emissão de empenho prévio, os Chefes responsáveis deverão comunicar ao Departamento de Contabilidade para realizar o reconhecimento contábil das referidas obrigações, em observância ao regime de competência e promover avaliação do Ordenador de Despesas quanto à necessidade de abertura de sindicância administrativa.

Art. 6º. Em observância ao princípio da anualidade do orçamento, previsto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as despesas relativas a contratos de obras e serviços de engenharia de vigência plurianual deverão ser empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.

Art. 7º. Os empenhos de suprimentos de fundos não poderão ser inscritos em Restos a Pagar e seus saldos financeiros deverão ser restituídos/depositados em conta bancária até o dia **20 de dezembro de 2023**.

§ 1º A prestação de contas dos suprimentos de fundos deverá ser realizada até o dia 23 de dezembro de 2023 à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 8º. O prazo limite para entrega de mercadorias e notas fiscais ao almoxarifado geral do Município será 20 de dezembro de 2023, salvo as despesas excepcionadas no § 1º do art. 4º.

Art. 9º. As Notas de liquidação da despesa serão emitidas até o dia 21 de dezembro de 2023, salvo as despesas excepcionadas no § 1º do art. 4º.

§1º. Os empenhos cujos serviços ou materiais contratados tenham sido prestados ou entregues e que se encontre após esta data em fase de verificação do direito adquirido pelo credor ou quando o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente, serão registrados na fase de "em liquidação" para que os saldos desses empenhos sejam inscritos em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação.

§2º. Para fins do disposto neste artigo consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenham sido efetivamente realizadas no exercício, e liquidadas aquelas cujos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito comprovem o direito do credor, conforme estabelecido no Art. 63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 10. O prazo limite para pagamento de despesas no corrente exercício será o dia 27 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo os casos previstos no § 1º do artigo 4º.

Art. 11. Os Secretários Municipais deverão elaborar o Relatório de Gestão contendo as ações, projetos e atividades desenvolvidas pela secretaria no decorrer do exercício de 2023, e enviar em formato PDF e Word até 09 de fevereiro de 2024 por email contabilidade@marilandia.es.gov.br ao Departamento de Contabilidade, para elaboração do Relatório de Gestão das Contas de Ordenador, a ser juntado a PCA 2023 para envio ao TCEES em atendimento ao Anexo III da IN 068/2022 do TCEES.

Art. 12. O Conselho de Fiscalização sobre a Prestação de Contas dos Recursos do FUNDEB (art. 27 da Lei Federal nº 11.494/2006) e o Conselho de Fiscalização sobre a Prestação de Contas dos Recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (art. 34 a 37 da Lei Complementar Federal nº 141/2012), deverá enviar o parecer sobre a análise das contas da saúde e da educação relativo ao exercício de 2023 até o dia 01/03/2024 para o Departamento de Contabilidade.

Parágrafo único. Os membros dos conselhos só poderão ser substituídos após a data limite estabelecidos no artigo anterior.

Art. 13. O Secretaria Municipal de Administração constituirá, até o dia 08 de dezembro de 2023, por meio de Portaria ou sugerindo Decreto ao Chefe do Poder Executivo, comissão para elaboração do inventário anual dos bens patrimoniais e do almoxarifado da Administração Municipal do Poder Executivo, o qual será encaminhado ao Departamento de Contabilidade até o dia 19 de janeiro de 2023, para os devidos registros e remessa ao Tribunal de Contas do Estado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Secretaria Municipal de Administração



Parágrafo único. O inventário a que se refere o caput deste artigo informará toda movimentação de entradas e saídas, especificando as quantidades e valores individualizados dos bens móveis e imóveis e dos estoques em almoxarifado, os bens em poder de terceiros e os bens de terceiros em poder do órgão ou entidade, e servirão de base para elaboração dos resumos de inventários e demonstrativos.

Art. 14. Até o dia 12 de janeiro de 2024 a Setor de Tributação do Município, da Secretaria de Fazenda, encaminhará ao Departamento de Contabilidade demonstrativo da dívida ativa e demais direitos a receber, tributário e não tributário, do exercício de 2023, devidamente assinado pelo gestor e por profissional responsável, destacando-se o saldo inicial, as inscrições no exercício, as baixas por pagamento, as baixas por cancelamentos, acompanhadas de documentação que comprove sua legalidade e motivação e o saldo final.

Art. 15. Os Secretários Municipais ficam obrigados a prestar as informações solicitadas pela Contabilidade e Controladoria, e a informar até o dia 31 de janeiro de 2024, fatos que possam influenciar na interpretação dos resultados do exercício.

Parágrafo único. O não envio das informações dentro do prazo previsto no caput deste artigo implicará a validação dos resultados processados pelo Setor de Contabilidade do Município.

Art. 16. A perda dos prazos estabelecidos neste Decreto implicará na responsabilidade dos servidores encarregados da informação, no âmbito de suas áreas de competência, ensejando apuração de ordem funcional nos termos da legislação vigente.

Art. 17. O controle e a aplicação das normas contidas neste Decreto ficam a cargo da Secretaria Municipal de Finanças e à Secretaria Municipal de Controle e Transparência, que poderá editar normas suplementares específicas, necessárias à perfeita eficácia do presente Decreto.

Art. 18. O disposto neste Decreto aplica-se no que couber ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

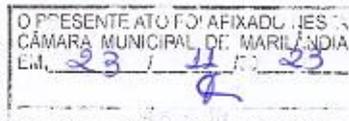
Marilândia ES, 23 de novembro de 2023.

Assinado digitalmente por AUGUSTO ASTORI
FERREIRA:122.***.***-** Data: 23/11/2023 13:46:54

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

Registrado na SEMADI
Da P.M.M.
Em, 23/11/2023.

Assinado por Milena Drago
Pinto 097.***.***-**
MUNICIPIO DE MARILANDIA
23/11/2023 13:56:43



Data de publicação
O PRESENTE ATO FOI FIXADO NESTA
PREFEITURA DE MARILÂNDIA - ES
EM, 23/11/2023

SERVIDOR
Gilmar Passamani Pereira
Coordenadora de Admissão, Cadastro
e Movimentação de Pessoal C-2

Fabiana Croskopp Bastos
Chefe do Setor Legislativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Secretaria Municipal de Administração



ANEXO ÚNICO

| CRONOGRAMA | |
|---|---|
| DATA LIMITE | PROCEDIMENTOS: ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2023 |
| 08/12/2023 | Limite para emissão de Notas de Empenhos excetuando-se §1º do Art. 4º. <u>Responsável: Departamento de Contabilidade</u> |
| 20/12/2023 | Restituição de Suprimento de fundos não utilizados – Art. 7º. <u>Responsável: Secretários em Geral</u> |
| 22/12/2023 | Prestação de Contas de Suprimento de Fundos - Art. 7º § 1º <u>Responsável: Secretários em Geral</u> |
| 20/12/2023 | Prazo limite para entrega de mercadorias e notas fiscais ao almoxarifado geral do Município – Art. 9º <u>Responsável: Setor de Almoxarifado / Secretaria de Administração</u> |
| 21/12/2023 | Prazo limite para liquidação da despesa – Art. 10º. <u>Responsável: Departamento de Contabilidade</u> |
| 27/12/2023 | Prazo Limite para pagamento de despesas no corrente exercício – Art. 11º. <u>Responsável: Secretaria Municipal de Finanças</u> |
| PROCEDIMENTOS: ENVIO DA PCA/CIDADESWEB/TCEES | |
| 09/02/2024 | Envio dos relatórios de gestão dos Secretários Municipais ao Departamento de Contabilidade – Art. 13º <u>Responsável: Secretários em Geral</u> |
| 15/03/2024 | Emissão do Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a Prestação de Contas dos Recursos do FUNDEB e o Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a Prestação de Contas dos Recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – Art. 14º <u>Responsável: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde</u> |
| 11/12/2024 | Encaminhar Portaria/Decreto da Comissão para Elaboração do Inventário Anual - Art. 15º <u>Responsável: Secretaria Municipal de Administração</u> |
| 19/01/2024 | <u>Encaminhar ao Departamento de Contabilidade o Inventário de bens patrimoniais e de almoxarifado de 2023 – Art. 15º</u> <u>Responsável: Comissão de Elaboração de Inventário</u> |
| 15/01/2024 | Encaminhar ao Departamento de Contabilidade demonstrativo da dívida ativa e demais direitos a receber, tributário e não tributário – Art. 16º <u>Responsável: Setor Tributário</u> |